Snocencio Tomo VI pag. 345

C7

TRATADO

DE

AMIZADE, NAVEGAÇÃO, E COMMERCIO

RENOVADO ENTRE

PORTUGAL

E A

RUSSIA,

E ASSIGNADO EM PETERSBOURGO

AOS $\frac{16}{27}$ DE DEZEMBRO DE 1798.

LISBOA

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO M.DCCC.

RPJCB

NÓS DONA MARIA,

Por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Fazemos saber a todos os que a presente Carta de Renovação, Confirmação, Approvação, e Ratificação virem: Que em $\frac{16}{27}$ de Dezembro do anno de mil setecentos noventa e oito proximo precedente se concluio, e assinou em São Petersburgo a renovação do Tratado de Amizade, de Navegação, e de Commercio de $\frac{9}{20}$ de Dezembro do anno de mil setecentos oitenta e sete entre Nós, e o Sereníssimo, e Potentíssimo Senhor Paulo I. Imperador, e Autocrator de Todas as Russias, Irmão Nosso Caríssimo; sendo Plenipotenciarios para esse effeito da Nossa parte, Francisco José de Horta Machado, do Nosso Conselho, Nosso Ministro Plenipotenciario junto a Sua Magestade Imperial de Todas as Russias, e Commendador da Ordem de Christo; e por parte de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, Alexandre Principe de Bezborodko, Chanceller, Conselheiro Privado actual, Senador, Director Geral das Postas, e Cavalleiro das Ordens de Santo André, de Santo Alexandre Newsky, e de Santa Anna, e Grão Cruz das de São João de Jerusalem, e de São Vladimir da Primeira Classe; Victor de Kotschoubey, Vice-Chancel-

NOUS PAUL PREMIER,

Par la grace de Dieu Empereur, & Autocrateur de Toutes les Ruſſies, de Moſcovie, Kiovie, Vladimirie Novogorod, Czar, de Caſan, Czar d'Aſtracan, Czar de Siberie, Czar de la Chersonese-Taurique, Seigneur de Pleſcau, & Grand-Duc de Smolenſco, de Lituanie, Volhynie, & Podolie, Duc d'Eſtonie, de Livonie, de Courlande, & Semigalle, de Samogitie, Carélie, Twer, Jugorie, Permie, Wiatka, Bolgarie, & d'autres; Seigneur, & Grand-Duc de Novogorod inferieur, de Czernigovie, Reſan, Polock, Roſtow, Jaroslaw, Belo Oſerie, Udorie, Obdorie, Condinie, Vitepsk, Mſtislaw, Dominateur de tout le coté du Nord, Seigneur d'Ivérie, & Prince Héréditaire, & Souverain des Czars de Cartalinie, & Georgie, comme auſſi de Cabardinie, des Princes de Czircaſſie, de Gorsky, & d'autres. Succeſſeur de Norwége, Duc de Shleſwic-Holſtein, de Stormarie, de Dithmarſen, & d'Oldenbourg, Seigneur de Jever, & Grand Maitre de l'ordre Souverain de Saint Jean de Jéruſalem, &c. &c. &c. Faiſons ſavoir par les préſentes qu' en conſéquence de Notre deſir conforme á celui de Sa Majeſté Trés Fidelle la Reine de Portugal, concernant le renouvellement du Traité d'amitié, de Navigation, & de Commerce, conclu entre Nos deux Etats le $\frac{9}{20}$ Decembre 1787, Nos Plenipotentiaires reſpectifs, munis d'inſtructions, & plein-pouvoirs néceſſaires, ont arrêté, & Signé á St. Peters-

celler, Conſelheiro privado actual, Camariſta actual, Cavalleiro da Ordem de S. Alexandre Newsky, e Grão Cruz da de São Vladimir da ſegunda Claſſe; Theodoro de Roſtopſin, Conſelheiro privado actual, Membro do Collegio dos Negocios Eſtrangeiros, Cavalleiro da Ordem de São Alexandre Newsky, e da de Santa Anna da primeira Claſſe; e Pedro de Soimonoff, Conſelheiro privado actual, Senador, Preſidente do Collegio do Commercio, Cavalleiro das Ordens de São Alexandre Newsky, e de Santa Anna da primeira Claſſe, e Grão Cruz da de São Vladimir da ſegunda Claſſe; da qual renovação do Tratado o theor he o ſeguinte:

Em Nome da Santiſſima, e Indiviſivel Trindade.

SUa Mageſtade Fideliſſima a Rainha de Portugal, e Sua Mageſtade o Imperador de Todas as Ruſſias, vendo com grande ſatisfação que o Tratado de Amizade, de Navegação, e de Commercio concluido entre Ellas, ſeus Vaſſallos, Eſtados, e Dominios reſpectivos a $\frac{2}{20}$ de Dezembro de 1787, começou a augmentar os vinculos mercantís entre Portugal, e a Ruſſia; e igualmente animados do deſejo de continuar a promover a Induſtria, o Commercio, e a Navegação directa dos ſeus Vaſſallos, reſolvêrão renovar o ſobredito Tratado, e neſta Conſideração, elegêrão, e nomeárão por ſeus Plenipotenciarios, a ſaber: Sua Mageſtade Fideliſſima a Rainha de Portugal, ao Senhor Franciſco Joſé de Horta Machado, do ſeu Conſelho, ſeu Miniſtro Plenipotenciario junto a Sua Mageſtade

bourg le $\frac{16}{27}$ Decembre de l'année paſſée 1798 un nouveau Traité, qui eſt mot à mot de la teneur ſuivante:

Au Nom de la Trés Sainte & Indiviſible Trinité.

SA Majeſté Trés Fidélle la Reine de Portugal, & Sa Majeſté l'Empereur de Toutes les Ruſſies, voyant avec une grande ſatisfaction que le Traité d'Amitié, de Navigation, & de Commerce conclu entr'Elles, leurs Sujets, Etats, & Domaines reſpectifs, le $\frac{2}{20}$ Decembre 1787, a commencé a augmenter les liaisons mercantiles entre le Portugal, & la Ruſſie; & également animées du déſir de continuer à encourager l'Induſtrie, le Commerce, & la Navigation directe de leurs Sujets ont reſolu de renouveller le ſusdit Traité, & dans cette vue Elles ont choiſi, & nommé pour leurs Plenipotentiaires, ſavoir: Sa Majeſté Trés Fidélle la Reine de Portugal le Sieur François Joſeph d'Horta Machado, de Son Conſeil, Son Miniſtre Plenipotentiaire auprés de Sa Majeſté l'Empereur de Toutes

o Imperador de Todas as Ruſſias, e Commendador da Ordem de Chriſto, e Sua Mageſtade o Imperador de Todas as Ruſſias ao Senhor Alexandre Principe de Bezborodko, Chanceller, Conſelheiro privado actual, Senador, Director Geral das Poſtas, e Cavalleiro das Ordens de Santo André, de Santo Alexandre Newsky, de Santa Anna, e Grão Cruz das de São João de Jeruſalem, e de São Vladimir da primeira Claſſe; ao Senhor Victor de Kotschoubey, Vice-Chanceller, Conſelheiro privado actual, Camariſta actual, Cavalleiro da Ordem de São Alexandre Newsky, e Grão Cruz da de São Vladimir da ſegunda Claſſe; ao Senhor Theodoro de Roſtopſin, Conſelheiro privado actual, Membro do Collegio dos Negocios Eſtrangeiros, Cavalleiro da Ordem de São Alexandre Newsky, e da de Santa Anna da primeira Claſſe; e ao Senhor Pedro de Soimonoff, Conſelheiro privado actual, Senador, Preſidente do Collegio de Commercio, Cavalleiro das Ordens de São Alexandre Newsky, e de Santa Anna da primeira Claſſe, e Grão Cruz da de São Vladimir da ſegunda Claſſe; os quaes Plenipotenciarios depois de ſe haverem reſpectivamente communicado os ſeus Plenos-poderes, entrárão em Conferencia; e tendo maduramente deliberado ſobre a materia, concluírão, e ajuſtárão os Artigos ſeguintes.

ARTIGO I.

HAverá entre Suas Mageſtades a Rainha de Portugal, e o Imperador de Todas as Ruſſias, ſeus Herdeiros, e Succeſſores, de huma, e outra parte, aſſim como entre ſeus Vaſſallos, huma paz perpetua, boa

tes les Ruſſies, & Commendeur de l'Ordre de Chriſt; & Sa Majeſté l'Empereur de Toutes les Ruſſies, le Sieur Alexandre Prince de Bezborodko, Chancelier, Conſeiller privé actuel, Senateur, Directeur Général des Poſtes, & Chevalier des Ordres de S^t. André, de S^t. Alexandre Newsky, de S^t. Anne, & Grand Croix de ceux de S^t. Jean de Jéruſalem, & de S^t. Vladimir de la prémiére Claſſe; le Sieur Victor de Kotschoubey, Vice-Chancelier, Conſeiller privé actuel, Chambellan actuel, Chevalier de l'Ordre de S^t. Alexandre Newsky, & Grand Croix de celui de S^t. Vladimir de la ſeconde Claſſe; le Sieur Teodor de Roſtopſchin, Conſeiller privé actuel, Membre du Collège des Affaires Etrangères, Chevalier de l'Ordre de S^t. Alexandre Newsky & de celui de S^t. Anne de la prémiére Claſſe; & le Sieur Pierre de Soimonoff, Conſeiller privé actuel, Sénateur, Préſident du Collége de Commerce, Chevalier des Ordres de S^t. Alexandre Newsky, & de Sainte Anne de la prémiere Claſſe, & Grand Croix de celui de S^t. Vladimir de la ſéconde Claſſe, les quels Plènipotentiaires, aprés s'être reſpèctivement communiquê leurs Plein-Pouvoirs, ſont entrés en conférence, & ayant murement diſcuté la matière, ont conclu, & arreté les Articles ſuivans.

ARTICLE I.

IL ſubſiſtira entre leurs Majeſtés, la Reine de Portugal, & l'Empereur de Toutes les Ruſſies, leurs Heritiers, & Succeſſeurs de part, & d'autre, ainſi qu'entre leurs Sujets, une paix perpètuelle, bonne intelli-

boa intelligencia, e perfeita amizade, para ó que as duas Partes Contratantes ſe obrigão tanto por ſi, como por todos os ſeus Vaſſallos, ſem excepção, a tratar-ſe reciprocamente como bons amigos em todas as occaſiões, tanto por mar, como por terra, e aguas doces; e não ſó a evitar tudo o que poſſa redundar em perjuizo de huns, e de outros, mas a ajudar-ſe mutuamente por todas as ſortes de bons Officios, ſobre tudo no que toca á Navegação, e ao Commercio.

ARTIGO II.

OS Vaſſallos Portuguezes gozaráõ na Ruſſia de huma perfeita liberdade de conſciencia, ſegundo os principios da abſoluta tolerancia que alli ſe concede a todas as Religiões; podendo livremente ſatisfazer aos deveres, e dar-ſe ao Culto da ſua Religião, tanto em ſuas proprias caſas, como nas Igrejas públicas que alli ſe achão eſtabelecidas, ſem experimentar já mais a eſte reſpeito a menor difficuldade.

Os Vaſſallos Ruſſianos não ſerão do meſmo modo já mais perturbados, nem inquietados em Portugal, pelo que toca á ſua Religião; e obſervar-ſe-ha para com elles a eſte reſpeito o que ſe pratica com os Vaſſallos das outras Nações de huma Communhão differente, ſobre tudo com os Subditos da Gram Bretanha.

ARTIGO III.

SUas ditas Mageſtades ſe obrigão mutuamente a procurar aos Vaſſallos reſpectivos de Huma, e de Outra todas as facilidades, aſſiſtencia, e protecção neceſ-

ligence, & parfaite Amitié; à quel effet les deux Puiſſances Contractantes s'engagent tant pour Elles, que pour tous Leurs Sujets, ſans exception, de ſe traiter réciproquement en bons Amis dans toutes les occaſions, tant par mer, que par terre, & ſur les eaux douces, & d'éviter non ſeulement tout ce qui pourroit tourner au préjudice des uns, ou des autres, mais de s'entr'aider mutuellement par toutes ſortes de bons offices, ſur tout en ce qui concerne la Navigation, & le Commerce.

ARTICLE II.

LEs Sujets Portugais jouiront en Ruſſie d'une parfaite liberté de conſcience conformément aux principes d'une entière tolérance, qu'on y accorde à toutes les Religions; ils pourront librement s'acquiter des devoirs & vâquer au culte de leur Religion, tant dans leurs propres maiſons, que dans les Egliſes publiques qui y ſont établies, ſans éprouver jamais la moindre difficulté à cet égard.

Les Sujets Ruſſes ne ſeront de même jamais troublés, ni inquiétés en Portugal par rapport à leur Religion, & l'on obſervera envers eux, à cet égard ce qui ſe pratique avec les Sujets des autres Nations d'une Communion différente, particuliérement envers ceux de la Grande Bretagne.

ARTICLE III.

LEurs dites Majeſtés s'engagent mutuellement de procurer aux Sujets reſpectifs de l'une, & de l'autre toutes les facilités, aſſiſtance, & protection néceſ-

ſai-

ceſſarias para o progreſſo do ſeu Commercio reciproco, e ſobre tudo da Navegação directa entre os dous Eſtados em todos os lugares dos ſeus Dominios, em que a Navegação, e o Commercio são actualmente, ou forem para o futuro permittidos a outras Nações Europeas. Mas em todos os caſos em que no preſente Tratado ſe não houverem eſtipulado algumas iſenções, ou prerogativas a favor dos Vaſſallos reſpectivos, dever-ſe-hão eſtes ſujeitar, pelo que toca ao ſeu Commercio, tanto por mar, como por terra, e aguas doces, ás Pautas das Alfandegas, e ás Leis, coſtumes, e Regulamentos do lugar em que ſe acharem.

ARTIGO IV.

EM todos os pórtos dos Eſtados reſpectivos, cuja entrada, e Commercio são livres ás Nações Europeas, as Altas Potencias Contratantes terão reciprocamente direito de eſtabelecer Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules para o bem dos ſeus Vaſſallos Commerciantes; os ditos Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules alli gozaráõ de toda a protecção das Leis; e poſto que alli não poſsão exercer ſorte alguma de juriſdicção, poderáõ com tudo ſer eleitos a contento das partes por Arbitros das ſuas Conteſtações; mas ſerá ſempre livre ás meſmas partes o recorrer com preferencia ao Tribunal deſtinado para o Commercio, ou a outros Tribunaes, a que os meſmos Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules, em tudo o que pertence ás ſuas proprias Cauſas, ſerão igualmente ſubordinados; e nunca poderão ſer eleitos d'entre os Vaſſallos, por naſcimento, da Potencia junto á que hou-

faires aux progrès de leur Commerce réciproque, & sur tout de la navigation directe entre les deux Etats dans tous les lieux de leur Domination, où la Navigation, & le Commerce sont actuéllement, ou seront à l'avenir permis à d'autres Nations Européennes. Mais dans tous les cas, où le présent Traité n'aura pas stipulé quelques exemptions, ou prérogatives en faveur des Sujets respectifs, ils devront se soumettre pour leur Commerce, tant par mer, que par terre, & sur les eaux douces, aux Tarifs des Douanes, ainsi qu'aux Loix, Coutumes, & Réglemens de l'endroit où ils se trouveront.

ARTICLE IV.

DAns tous les Ports des Etats respectifs, dont l'entrée, & le Commerce sont ouverts aux Nations Européennes, les Hautes Parties Contractantes auront réciproquement le droit d'établir des Consuls Généraux, Consuls, & Vice-Consuls pour l'avantage de leurs Sujets Commerçans; les dits Consuls Généraux, Consuls, & Vice-Consuls y jouiront de toute la protection des Loix; & quoi qu'ils n'y pourront exercer aucune sorte de jurisdiction, ils pourront néanmoins être choisis du gré des parties pour Arbitres de leurs différens; mais il sera toujours libre aux mêmes parties de s'addresser par préference au Tribunal destiné pour le Commerce, ou à d'autres Tribunaux, auxquels les mêmes Consuls Généraux, Consuls, & Vice-Consuls, en tout ce qui concerne leurs propres affaires, seront également subordonnés; & ils ne pourront jamais être choisis parmi les Sujets nés de la Puissance

houverem de reſidir, excepto ſe tiverem obtido licença expreſſa da dita Potencia para poder ſer acreditados como taes nos ſeus Dominios.

ARTIGO V.

OS Vaſſallos das duas Potencias Contratantes poderão nos Eſtados reſpectivos ajuntar-ſe com o ſeu Conſul em corpo de Feitoria, e fazer entre ſi, a bem Commum da meſma Feitoria, as diſpoſições que lhes convierem, com tanto que nelles não haja couſa alguma contraria ás Leis, Eſtatutos, e Regulamentos do Paiz, ou do lugar em que ſe acharem eſtabelecidos.

ARTIGO VI.

OS Vaſſallos Commerciantes das duas Altas Potencias Contratantes pagarão pelas ſuas mercadorias nos Eſtados reſpectivos, os direitos d'Alfandega, e os mais determinados pelas Pautas, e Ordenações actualmente em vigor, ou que para o futuro exiſtirem; e quanto á fórma do pagamento dos direitos de entrada na Ruſſia, conformar-ſe-hão os Vaſſallos Portuguezes com o que ſe pratica, ou ſe praticar pelo tempo adiante com os proprios Vaſſallos Ruſſianos. A fim porém de animar cada vez mais o Commercio das duas Nações, de huma, e de outra parte ſe conveio em conceder-lhes as vantagens ſeguintes.

1°. Da parte da Ruſſia: Que todos os Vinhos da producção de Portugal, das Ilhas da Madeira, e dos Açores, introduzidos na Ruſſia em Embarcações Portuguezas, ou Ruſſianas, por conta dos Vaſſallos Por-

chez la quelle ils doivent réſider, à moins qu' ils n'ayent obtenu une permiſſion expreſſe de la dite Puiſſance de pouvoir être accrédités auprès d'Elle en cette qualité.

ARTICLE V.

LEs Sujets des deux Puiſſances Contractantes pourront dans les Etats reſpectifs s'aſſembler avec leur Conſul en Corps de Factorie, & faire entr'eux, pour l'intérêt commun de la Factorie, les arrangemens qui leur conviendront, & tant qu'ils n'auront rien de contraire aux Loix, Statuts, & Réglemens du Pays, ou de l'endroit où ils ſeront établis.

ARTICLE VI.

LEs Sujets Commerçans des deux Hautes Parties Contractantes payeront pour leurs marchandiſes dans les Etats reſpectifs les Douanes, & autres droits fixés par les tarifs, & ordonnances actuellement en force, ou qui exiſteront à l'avenir ; & quant à la forme du payement des droits d'entrée en Ruſſie, les Sujets Portugais ſe conformeront à ce qui ſe pratique', ou ſe pratiquera dans la ſuite vis-à-vis des Sujets Ruſſes eux mêmes. Mais afin que le Commerce des deux Nations ſoit de plus en plus encouragé, on eſt convenu de part, & d'autre de leur accorder les avantages ſuivans.

1°. De la part de la Ruſſie : Tous les Vins du crû du Portugal, des Isles de Madère, & des Açores importés en Ruſſie ſur des bâtimens Portugais, ou Ruſſes, & pour compte de Sujets Portugais, ou Ruſſes,

ne

Portuguezes, ou Ruſſianos, não pagaráõ de direito de entrada mais do que quatro Rublos, e cincoenta Copeicas, por cada barrica, ou *oxhoft de ſeis ancoras*, ou duzentas e quarenta botelhas; mas huns, e outros não poderão gozar deſta vantagem, ſem apreſentar Certidões do Conſul da Ruſſia, e em ſua falta da Alfandega, ou do Magiſtrado do lugar, donde os ditos Vinhos houverem ſido expedidos, e pelas quaes conſte que são verdadeiramente da producção das terras aſſima mencionadas, e por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos.

Quanto aos ſobreditos vinhos, que forem introduzidos na Ruſſia em Navios de outras Nações, obſervar-ſe-ha o que a Pauta Geral do mez de Outubro do anno de 1797 a eſte reſpeito determina.

2°. Sua Mageſtade o Imperador de Todas as Ruſſias conſente que os Navios Portuguezes poſsão tranſportar cada anno a todos os pórtos dos ſeus Dominios, em que a entrada do Sal Eſtrangeiro he permittida, ſeis mil laſtes de Sal de Portugal, em quanto durar o preſente Tratado, não pagando por eſte genero mais do que ametade dos direitos da Alfandega, e os mais determinados pelas Pautas que exiſtem, ou que para o futuro exiſtirem nos ditos portos. Todavia, não gozaráõ os Navios Portuguezes deſta vantagem ſenão com condição de apreſentar Certidões paſſadas em devida fórma, que provem que o dito Sal he verdadeiramente da producção de Portugal, que do meſmo Reino foi tranſportado directamente em Navios Portuguezes, e por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos.

AR-

ne payeront de droit d'entrée que quatre Roubles, & cinquante Copecks par barrique, ou Oxhoft de six ancres, ou deux cent, quarante bouteilles ; mais les uns, & les autres ne pourront jouir de cet avantage qu'en produisant des certificats du Consul de Russie, & à son défaut de la Douane, ou du Magistrat de l'endroit, d'où les dits Vins auront été expédiés, qui constateront, qu'ils sont véritablement du crû des endroits susmentionnés, & pour compte des Sujets Portugais, ou Russes.

Quant aux Vins susmentionnés, qui seront importés en Russie sur d'autres Navires Etrangers, on s'en tiendra à ce que le Tarif Général du mois d'Octobre de l'année 1797 prescrit à ce sujet.

2°. Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies consent que les Navires Portugais puissent importer chaque année dans tous les ports de sa Domination, où l'entrée du sel Etranger sera permise, pendant la durée du présent Traité, six mille lastes du Sel du Portugal, en ne payant pour cette denrée que la moitié des droits de Douane, & autres fixés par les Tarifs qui existent, ou qui existeront à l'avenir dans les dits Ports : Au reste les Navires Portugais ne jouiront de cet avantage qu' à condition de produire des certificats en due forme qui prouvent que le dit Sel est véritablement du crû du Portugal ; qu'il en a été exporté directement, sur des Navires Portugais, & pour le compte des Sujets Portugais, ou Russes.

ARTIGO VII.

EM reciprocidade das ſobreditas Conceſsões, Sua Mageſtade Fideliſſima concede aos Vaſſallos da Ruſſia as vantagens ſeguintes.

1°. Os Negociantes Ruſſianos eſtabelecidos, ou que para o futuro ſe eſtabelecerem em Portugal, gozaráõ da prerogativa de ter Juizes Conſervadores ſobre o meſmo pé, que iſto ſe concede, e ſe pratica com a Nação Ingleza; mas ſe Sua Mageſtade Fideliſſima julgar conveniente fazer novo Regulamento ſobre eſta materia para todos os Commerciantes Eſtrangeiros eſtabelecidos nos ſeus Eſtados, ſem excepção alguma, a elle dever-ſe-hão tambem ſujeitar os Vaſſallos Ruſſianos.

2°. Teráõ elles tambem o direito de recorrer á Junta do Commercio nas ſuas cauſas mercantís; ſer-lhes-ha alli feita prompta, e exacta juſtiça, ſegundo a verificação dos factos, ſem as mais formalidades do proceſſo ordinario, conforme as Leis, e uſos que ſe obſervão entre os Negociantes, para o que concederá Sua Mageſtade Fideliſſima, na occurrencia de ſemelhantes caſos, a Juriſdicção neceſſaria á ſobredita Junta do Commercio.

3°. Os Negociantes Portuguezes, e Ruſſianos não pagaráõ mais do que ametade dos direitos de entrada d'Alfandega, e os mais (debaixo de qualquer denominação que ſer poſsão) taes quaes ſe acharem eſtabelecidos pelas Pautas, e Regulamentos que actualmente exiſtem, ou que para o futuro exiſtirem em Portugal ſobre as producções da Ruſſia abaixo eſpecificadas,

ARTICLE VII.

EN réciprocité des susdites concessions, Sa Majesté Très Fidelle accorde aux Sujets de la Russie les avantages suivans.

1°. Les Negocians Russes établis, ou qui s'établiront à l'avenir en Portugal, auront la prérogative d'avoir des Juges Conservateurs sur le même pied que cela est accordé, & se pratique pour la Nation Angloise; mais si Sa Majesté Très Fidelle jugeoit à propos de faire un nouveau Réglement sur ce Sujet pour tous les Commerçans Etrangers établis dans ses Etats, sans aucune exception, les Sujets Russes devront aussi s'y soumettre.

2°. Ils auront aussi le droit de s'addresser á la Junte du Commerce pour leurs affaires mercantiles, où il leurs sera rendu une prompte, & exacte justice, aprés la vérification des faits, sans les autres formalités de la procédure ordinaire, conformément aux Loix, & usages qui se pratiquent parmi les Négocians; à quel effet Sa Majesté Très Fidelle accordera, lors que les cas s'en présenteront, la jurisdiction néceſſeire à la susdite Junte du Commerce.

3°. Les Négocians Portugais, ou Russes ne payeront que la moitié des droits d'entrée de Douane, & autres (sous quelque dénomination qu'ils puissent être) tels qu'ils sont fixés par les Tarifs, & Ordonnances qui existent actuellement, ou qui existeront à l'avenir en Portugal, sur les productions de la Russie ci-après spécifiées: Lorsqu'elles seront importées directement

das, quando ellas forem tranſportadas directamente em Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos; a ſaber: o canamo, a linhaça, e o oleo de canamo, e de linho; o ferro de toda a ſorte de dimensões, em que ſe comprehende o ferro delgado, entrando tambem os arcos de ferro, as ancoras, as peças de artilheria, as balas, e as bombas; mas os Vaſſallos reſpectivos não gozaráõ deſta diminuição de direitos, ſem moſtrar por Certidões paſſadas em devida fórma pelo Conſul Portuguez, e em ſua falta pela Alfandega, ou pelo Magiſtrado do lugar, donde as ſobreditas mercadorias houverem ſido expedidas, que ellas são verdadeiramente da producção, ou das manufacturas da Ruſſia, e que são exportadas por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos. Eſtas vantagens não ſerão concedidas a Navios de outras Nações que tranſportarem a Portugal as ſobreditas mercadorias da Ruſſia; mas obſervar-ſe-ha com eſtas o que as Pautas Geraes preſcrevem a eſte reſpeito.

4°. Se dentro do tempo da duração deſte Tratado Sua Mageſtade Fideliſſima vier a conceder aos Navios de qualquer outra Nação hum abatimento nos direitos de ſahida dos Vinhos, gozaráõ tambem os Navios Ruſſianos deſta vantagem nos Vinhos que exportarem para os portos da Ruſſia.

ARTIGO VIII.

ALém das vantagens reciprocas eſtipuladas pelos Artigos precedentes, as Altas Potencias Contratantes julgárão ainda conveniente, a fim de animar mui-

ſur des Navires Portugais, ou Ruſſes, & pour compte des Sujets Portugais, ou Ruſſes, ſavoir : Le Chanvre, la graine, & l'huile de Chanvre, & de lin, le fer de toutes ſortes de dimenſions, ce qui admet le fer mince, les cercles de fer y compris auſſi; les ancres, les canons, les boulets, & les bombes; mais les Sujets reſpectifs ne jouiront de cette diminution qu'en prouvant (par des certificats en due forme du Conſul Portugais, & á ſon défaut de la Douane, ou du Magiſtrat de l'endroit d'où les ſusdites marchandiſes auront été expediées) qu'elles, ſont véritablement du produit, ou de manufactures de la Ruſſie ; & qu'elles ſont exportées pour le compte des Sujets Portugais, ou Ruſſes. Ces avantages ne ſeront point accordés à d'autres Navires Etrangers qui importeront en Portugal les ſusdites marchandiſes de la Ruſſie ; mais l'on s'en tiendra à ce que les Tarifs Généraux préſcrivent à cet égard.

4°. Si pendant la durée de ce Traité, Sa Majeſté Très Fidelle accorde aux Vaiſſeaux d'une autre Nation une diminution des droits de ſortie ſur les Vins, les Vaiſſeaux Ruſſes jouiront auſſi de cet avantage ſur les Vins qu'ils exporteront pour les ports de Ruſſie.

ARTICLE VIII.

OUtre les avantages réciproques ſtipulés par les Articles précédens, les Hautes Parties Contractantes ont encore jugé à propos, afin d'encourager

muito mais a Navegação directa, e o Commercio entre as Nações Portugueza, e Ruſſiana, conceder aos Vaſſallos reſpectivos as prerogativas ſeguintes.

Sua Mageſtade Fideliſſima concede a diminuição da ametade dos direitos d'Alfandega, e os mais determinados pelas Pautas, e Regulamentos que exiſtem, ou que para o futuro exiſtirem nos ſeus Eſtados, ſobre as mercadorias da Ruſſia abaixo eſpecificadas, ſendo ellas tranſportadas directamente da Ruſſia para Portugal; a ſaber: os brins, lonas, e mais fazendas de linho proprias para o velame dos Navios; as chamadas *Vlaams*, ou *Flaemiſch*, *Ravendoues*, e *Calamandres* de linho, com condição de ſe provar por Certidões authenticas, que as ſobreditas mercadorias são verdadeiramente das manufacturas da Ruſſia, que dalli forão tranſportadas directamente em Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos.

Em reciprocidade deſtas vantagens, Sua Mageſtade o Imperador de Todas as Ruſſias concede a diminuição da ametade dos direitos d'Alfandega, e os mais que exiſtem, ou que para o futuro exiſtirem nos ſeus Eſtados, ſobre as mercadorias de Portugal abaixo eſpecificadas, ſahindo ellas directamente de Portugal para a Ruſſia; a ſaber: o azeite de oliveiras, o anil do Brazil, o tabaco do Brazil em pó, rolo, ou folha, com a condição de ſe provar ſemelhantemente por Certidões authenticas, que as ſobreditas mercadorias são verdadeiramente da producção de Portugal, e das ſuas Colonias, que dalli forão exportadas directamente dos ſeus portos na Europa em Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta dos Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos.

AR-

d'autant mieux la Navigation directe, & le Commerce entre les Nations Portugaiſe, & Ruſſe, d'accorder aux Sujets reſpectifs les prérogatives ſuivantes.

Sa Majeſté Trés Fidélle accorde la diminution de la moitié des droits de Douane, & autres fixés par les Tarifs, & Ordonnances qui exiſtent, ou qui exiſteront à l'avenir dans ſes Etats, ſur les marchandiſes de Ruſſie ci-après ſpécifiées, lorsqu'elles ſeront importées directement de Ruſſie en Portugal ; ſavoir ; Les toiles à-voiles, celles nommées Vlaams, ou Flaemiſch, Ravendoues, & Calamandres de lin ; à condition de prouver par des certificats en due forme que les ſusdites marchandiſes ſont véritablement des manufactures de la Ruſſie, qu'elles en ont été importées directement ſur des Navires Portugais, ou Ruſſes, & pour le compte de Sujets Portugais, ou Ruſſes.

En réciprocité de ces avantages Sa Majeſté l'Empereur de Toutes les Ruſſies accorde la diminution de la moitié des droits de Douane, & autres qui exiſtent, ou qui exiſteront à l'avenir dans ſes Etats, ſur les marchandiſes de Portugal ci-après ſpecifiées, lorsqu'elles ſeront importées directement de Portugal en Ruſſie; ſavoir, L'huile d'Olive, l'Indigo du Bréſil, & le Tabac du Bréſil en poudre, rouleaux, ou feuilles ; à condition de prouver pareillement par des certificats en due forme, que les ſuſdites Marchandiſes ſont véritablement des produits du Portugal, & de ſes Colonies, qu'elles en ont été exportées directement de ſes ports en Europe, ſur des Navires Portugais, ou Ruſſes, & pour compte de Sujets Portugais, ou Ruſſes.

AR-

ARTIGO IX.

HAvendo outros generos, e effeitos, aſſim da producção, e manufacturas de Portugal, e das ſuas Colonias, como da producção, e manufacturas da Ruſſia, e dos ſeus differentes Dominios, e Conquiſtas, os quaes poderão augmentar a Navegação, e o Commercio das duas Nações, e contribuir para o ſeu reciproco intereſſe, Sua Mageſtade Fidelíſſima, e Sua Mageſtade Imperial, tomando eſte objecto em Sua Alta Conſideração, tem ordenado aos ſeus Miniſtros reſpectivos que examinem, e confirão ſobre todos, e cada hum dos ſobreditos generos, e effeitos; e de tudo quanto a eſte reſpeito ſe ajuſtar, e convier de huma, e outra parte, far-ſe-hão novos Artigos, os quaes ſendo approvados, e ratificados pelas duas Potencias Contratantes, ficaráõ fazendo parte deſte Tratado, como ſe nelle foſſem incluſos, e tranſcriptos palavra por palavra.

ARTIGO X.

SEndo o fim das duas Altas Potencias Contratantes na conceſsão das vantagens eſtipuladas nos Artigos VI. VII. e VIII. unicamente facilitar o Commercio, e a Navegação directa dos Vaſſallos Portuguezes na Ruſſia, e dos Vaſſallos Ruſſianos em Portugal, prohibem ellas reciprocamente aos ſeus Vaſſallos o abuſar deſtas vantagens, dando-ſe por donos de Navios, ou de mercadorias que lhes não pertenção, ſob pena de que aquelle, ou aquelles, que houverem aſſim defraudado os direi-

ARTICLE IX.

COmme il y a d'autres effets, & marchandiſes, auſſi bien de la production, & des manufactures de la Ruſſie, & de ſes Colonies, que de la production, & des manufactures de la Ruſſie, & de ſes différens Domaines, & Conquêtes, leſquelles pourront augmenter la Navigation, & le Commerce des deux Nations, & contribuer à leur avantage réciproque, Sa Majeſté Très Fidèlle, & Sa Majeſté Impériale, prenant cet objet dans leur Haute Conſidération, ont ordonné à leurs Miniſtres reſpectifs d'examiner, & conférer ſur tous, & chacun des ſuſdits effets, & marchandiſes; & de tout ce qui ſera ajuſté, & convenu de part, & d'autre à cet égard, l'on fera de nouveaux Articles, leſquels étant approuvés, & ratifiés par les deux Puiſſances Contractantes, feront partie de ce Traité comme s'ils y étoient inclus, & tranſcrits mot pour mot.

ARTICLE X.

LE but des deux Hautes Parties Contractantes, en accordant les avantages ſtipulés dans les Articles VI. VII. & VIII. étant uniquement de faciliter le Commerce, & la Navigation directe des Sujets Portugais en Ruſſie, & des Sujets Ruſſes en Portugal, Elles deffendent réciproquement à leurs Sujets d'abuſer de ces avantages, en ſe donnant pour Propriétaires des Navires, ou des marchandiſes, qui ne leur appartiendront pas, ſous peine à celui, ou ceux qui auroient

ain-

reitos, empreſtando o ſeu nome a qualquer outro Negociante Eſtrangeiro, ſerão tratados conforme a diſpoſição das Leis, e Regulamentos a eſte reſpeito eſtabelecidos; a ſaber: que tudo o que ſe provar ſer aſſim falſamente declarado em Portugal debaixo de hum ſuppoſto nome Portuguez, ou Ruſſiano, ſerá confiſcado, e vendido a beneficio da Caſa dos Expoſtos. Da meſma ſorte na Ruſſia tudo quanto ſe provar ſer aſſim falſamente declarado debaixo de hum ſuppoſto nome Portuguez, ou Ruſſiano, ſerá confiſcado a beneficio dos Eſtabelecimentos públicos em favor dos pobres.

Mas no caſo que haja denunciante da dita fraude, abater-ſe-ha a ſeu favor ametade da importancia da venda dos generos confiſcados, que receberá em paga da denuncia, quer ſeja em Portugal, quer na Ruſſia.

ARTIGO XI.

NÃo ſerão reconhecidos por Navios Portuguezes, ou Ruſſianos ſenão aquelles, que eſtiverem exactamente no caſo das Ordenações, e Regulamentos actualmente em vigor nos ſeus reſpectivos Paizes; a ſaber: pelo que toca aos Navios Portuguezes, deverão eſtes conter o número de Vaſſallos da meſma Nação determinada pelos Regulamentos de Sua Mageſtade Fideliſſima, iſto he, que o Meſtre, Contra-Meſtre, e duas terças partes da tripulação ſejão Vaſſallos Portuguezes.

A propriedade Portugueza de hum tal Navio deverá ſer atteſtada por hum Paſſaporte expedido pela Secretaria de Eſtado da Repartição da Marinha.

Pelo que toca aos Navios Ruſſianos, deverá ao me-

ainſi fraudé les droits, en prêtant leur nom à quelqu' autre Negociant Etranger, d'être traités ſelon la teneur des Loix, & Réglemens émanés à cet égard, ſavoir; que tout ce qui ſera prouvé être ainſi fauſſement déclaré en Portugal ſous un nom emprunté Portugais, ou Ruſſe, ſera confiſqué, au profit des Eſtabliſſements publics en faveur des Pauvres.

Mais au cas qu'il y ait un dénonciateur de la dite fraude, on déduira en ſa faveur la moitié de la vente des objets confiſqués, ce qu'il recevra pour ſa récompenſe, ſoit en Portugal, ſoit en Ruſſie.

ARTICLE XI.

ON ne reconnoîtra pour Navires Portugais, ou Ruſſes que ceux qui ſeront exactement dans les cas des Ordonnances, & Réglemens actuellement en force dans leurs Pays reſpectifs; ſavoir; Pour les Navires Portugais, ils devront être munis du nombre de Sujets Portugais, fixé par les Reglements de Sa Majeſté Très Fidelle; ſavoir; que le Mâitre, contre Mâitre, & les deux tiers de l'Equipage devront être Sujets Portugais.

La proprieté Portugaiſe, d'un tel Navire devra être atteſtée par un Paſſeport expedié par la Secretairerie d'Etat, du Departement de la Marine.

Pour les Navires Ruſſes, ils devront avoir dans

menos ametade do número de Marinheiros da sua tripulação constar de Vassallos do Imperio da Russia.

Além disto deverá a propriedade Russiana de hum tal navio, e da sua carga ser authenticada por documentos passados em devida fórma: e se o navio der á véla de São Petersburgo, deverá ser munido de hum Passaporte do Almirantado; mas se partir de qualquer outro Porto da Russia, em que não haja Almirantado, o Passaporte, ou seja expedido pela Alfandega daquelle lugar, ou pelo Magistrado, ou por qualquer outra pessoa disso encarregada, será valioso.

As duas Altas Partes Contratantes remetter-se-hão reciprocamente alguns exemplares authenticos da formalidade dos ditos documentos, e Passaportes, para se guardarem nos differentes Portos dos Estados respectivos, a fim de se cotejarem com aquelles de que forem munidos os Navios, e de se verificar assim a sua validade.

ARTIGO XII.

PAra verificar a propriedade Portugueza, ou Russiana das mercadorias exportadas de Portugal para a Russia, dever-se-hão apresentar Certidões dos Consules Geraes, Consules, ou Vice-Consules da Russia, residentes em Portugal; ou se o Navio sahir de hum Porto, em que não haja Consul Geral, Consul, ou Vice-Consul da Russia, bastarão Certidões passadas em devida fórma pela Alfandega, ou pelo Magistrado do lugar, ou por qualquer outra pessoa disso encarregada; e os ditos Consules Geraes, Consules, ou Vice-Consules não poderão exigir mais do que mil e duzentos

reis

leur equipage au moins la moitié du nombre de matelots Sujets de l'Empire de Ruſſie.

De plus la propriété Ruſſe d'un tel navire, & de ſa cargaiſon doit être atteſtée par des documens en due forme; & ſi le navire a fait voile de Saint Petersbourg, il devra être muni d'un Paſſeport de l'Amirauté; mais s'il eſt parti d'un autre Port de Ruſſie, où il n'y ait pas d'Amirauté, le Paſſeport, ſoit de la Douane de cet endroit, ſoit du Magiſtrat, ou de tel autre Prépoſé à cet effet, ſera valable.

Les deux Hautes Parties Contractantes ſe feront parvenir réciproquement quelques exemplaires authentiques de la forme des dits documents, & Paſſeports; afin qu'ils ſoit gardés dans les différents Ports des Etats reſpectifs pour les comparer à ceux dont les navires ſeront munis, & s'aſſurer ainſi de leur validité.

ARTICLE XII.

POur conſtater la propriété Portugaiſe, ou Ruſſe des marchandiſes exportées de Portugal en Ruſſie, on devra produire des Certificats des Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Ruſſie réſidans en Portugal, ou ſi le Navire a fait voile d'un Port, où il n'y ait pas de Conſuls Généreaux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Ruſſie, on ſe contentera des Certificats en due forme de la Douane, ou du Magiſtrat du lieu, ou de telle autre perſonne prépoſée à cet effet, & les dits Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Ruſſie en Portugal ne pourront rien exiger au delà de

reis por paſſar huma tal Certidão, debaixo de qualquer pretexto que ſeja.

Da meſma ſorte para verificar a propriedade Portugueza, ou Ruſſiana das mercadorias exportadas da Ruſſia para Portugal, dever-ſe-hão apreſentar Certidões dos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules de Portugal reſidentes na Ruſſia; ou ſe o Navio ſahir de hum Porto, em que não haja Conſul Geral, Conſul, ou Vice-Conſul Portuguez, baſtaráõ Certidões paſſadas em devida fórma pela Alfandega, ou pelo Magiſtrado do lugar, donde o dito Navio houver ſahido, ou por qualquer outra peſſoa diſſo encarregada; e os ditos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules não poderão tambem exigir mais do que tres Rublos por paſſar as ditas Certidões, debaixo de qualquer pretexto que ſeja.

ARTIGO XIII.

PAra prevenir as fraudes dos direitos d'Alfandega nos Eſtados reſpectivos, ou ſeja por contrabando, ou por qualquer outro modo, as duas Altas Potencias Contratantes convierão igualmente em que, por tudo o que reſpeita á viſita dos Navios mercantes, ás declarações das mercadorias, ao tempo de as apreſentar, á maneira de as verificar, e em geral por tudo o que toca ás precauções que ſe houverem de tomar contra o contrabando, e ás penas que ſe tem de impôr aos contrabandiſtas, ſe obſervem em cada Paiz as Leis, Regulamentos, e coſtumes nelle eſtabelecidos, ou que para o futuro ſe eſtabelecerem.

Em todos os caſos aſſima mencionados, as duas Po-

trois crouſades pour l'expédition d'un tel Certificat, ſous quelque prétexte que ce ſoit.

De même pour conſtater la propriété Portugaiſe, ou Ruſſe des marchandiſes exportées de la Ruſſie en Portugal, ou devra produire des Certificats des Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Portugal réſidans en Ruſſie, ou ſi le Navire a fait voile d'un Port où il n'y ait pas de Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls Portugais, on ſe contentera des Certificats en due forme de la Douane, ou du Magiſtrat du lieu, d'où le dit Navire aura fait voile, ou de telle autre perſonne prépoſée à cet effet; & les dits Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls Portugais ne pourront de même rien exiger au delà de trois Roubles pour l'expedition des dits Certificats, ſous quelque prétexte que ce ſoit.

ARTIGO XIII.

POur prévenir les fraudes des droits de Douane dans les Etats reſpectifs, ſoit par contrebande, ou de quelqu'autre manière, les deux Hautes Parties Contractantes conviendront également que; pour tout ce que regarde la viſite des Navires marchands, les déclarations des marchandiſes, le tems de les préſenter, la manière de les vérifier, & en général pour tout ce qui concerne les précautions à prendre contre la contrebande, & les peines à infliger aux Contrebandiers, l'on obſervera dans chaque Pays les Loix, Réglemens, & Coûtumes, qui y ſont établies, ou qu'on y établira à l'avenir.

Dans tous les cas ſuſmentionnés, les deux Puiſſances

Potencias Contratantes, ſe obrigão reciprocamente a não tratar os Vaſſallos reſpectivos com mais rigor do que os ſeus proprios, quando commetterem ſemelhantes contravenções.

ARTIGO XIV.

TOdas as vezes que os Navios Portuguezes, ou Ruſſianos forem obrigados, ou ſeja por tempeſtades, ou perſeguidos por algum Pirata, ou por qualquer outro accidente, a refugiar-ſe nos Portos dos Eſtados reſpectivos, nelles poderão fazer os concertos de que preciſarem, abaſtecer-ſe de todas as couſas, que houverem miſter, e tornar a ſahir livremente ſem pagar direito algum d'Alfandega, ou qualquer outro, á excepção ſómente dos direitos de Farol, e de Portagem; com tanto que, durante a ſua eſtada nos ditos Portos, ſe não tire mercadoria alguma dos referidos Navios, e muito menos ſe exponha á venda o quer que ſeja; mas ſe o Commandante de algum dos meſmos Navios julgar conveniente pôr em venda alguma mercadoria, ſerá obrigado a conformar-ſe com as Leis, Ordenações, e Pautas da terra, em que ſe achar.

ARTIGO XV.

AS Embarcações de Guerra das duas Potencias Alliadas acharáõ igualmente nos Eſtados reſpectivos as Enceadas, Rios, Barras, e Portos livres, e abertos para entrar, ou ſahir, e ficar ancoradas o tempo que lhes for preciſo, ſem ſujeição a viſita alguma; conformando-ſe igualmente com as Leis Geraes da Po-

li-

ées Contractantes s'engagent réciproquement de ne pas traiter les Sujets respectifs avec plus de rigueur, que ne le font leurs propres Sujets, lorsqu'ils tombent dans les mêmes contraventions.

ARTICLE XIV.

TOutes les fois que les Navires Portugais, ou Russes seront obligés, soit par des tempêtes, soit pour se soustraire à la poursuite de quelque Pirate, ou pour quelqu'autre accident, de se réfugier dans les Ports des Etats respectifs, ils pourront s'y radouber, se pourvoir de toutes les choses qui leur seront nécessaires, & se remettre en mer librement sans payer aucun droit de Douane, ni aucun autre, à l'exception seulement des droits de Fanaux, & de Ports, moyennant que pendant leur séjour dans les dits Ports, on ne tire aucune marchandise des susdits Navires, encore moins qu'on n'expose quoique ce soit en vente; mais si le Chef de quelqu'un des mêmes Navires jugeoit à propos de mettre quelque marchandise en vente, il sera tenu à se conformer aux Loix, Ordonnances, & Tarifs de l'endroit où il se trouvera.

ARTICLE XV.

LEs Vaisseaux de Guerre des deux Puissances Alliées trouveront également dans les Etats respectifs les Rades, Rivières, Ports, & Havres libres, & ouverts pour entrer, ou sortir, & demeurer à l'ancre tant qu'il leur sera nécessaire, sans subir aucune visite, en se conformant de même aux Loix générales de Po-

li-

licia, e com as dos Tribunaes da Saude, eſtabelecidas nos Eſtados reſpectivos.

Nos Portos grandes não poderão entrar por cada vez mais do que ſeis Embarcações de Guerra, e nos pequenos mais do que tres, a não ſe haver pedido, e alcançado licença para maior numero: E por tudo o que reſpeita á proviſão de mantimentos, concertos, viveres, e refreſcos, poder-ſe-hão eſtes haver pelo preço corrente, ſem embaraço, ou impedimento algum, qualquer que ſeja; e praticar-ſe-ha com as ditas Embarcações de Guerra o meſmo que ſe pratica com as de todas as mais Nações.

ARTIGO XVI.

QUanto ao Ceremonial das ſalvas dos Navios, as duas Altas Partes Contratantes convierão em regulallo, ſegundo os principios de huma perfeita igualdade entre as duas Coroas. Quando pois as Embarcações das duas Potencias Contratantes ſe encontrarem no mar, regular-ſe-hão de huma, e outra parte, pelo que toca ás ſalvas, pelas Patentes dos Officiaes que Commandarem eſtas Embarcações, de modo que os de igual graduação não ſerão obrigados a ſalvar huns aos outros, entre tanto que as Embarcações commandadas por Officiaes de huma Patente ſuperior, receberáõ de cada vez a ſalva dos inferiores, reſpondendo-lhes tiro por tiro.

Na entrada de qualquer Porto em que houver guarnição, as Embarcações das Altas Partes Contratantes ſerão igualmente obrigadas a dar a ſalva do coſtume, e reſponder-ſe-lhes-ha da meſma ſorte tiro por tiro.

AR-

lice, & à celles des Bureaux de Santé, établies dans les Etats respectifs.

Dans les grands Ports il ne pourra pas entrer plus de six Vaisseaux de Guerre à la fois ; & dans les petits, trois ; à moins qu'on n'en ait demandé, & obtenu la permission pour un plus grand nombre. Et pour tout ce qui regarde le ravitaillement, radoubement, vivres, & rafraichissement, on pourra les acheter au prix courant, sans aucun embarras ni empêchement quelconque ; & on pratiquera avec les dits Vaisseaux de Guerre ce qui se pratique avec ceux de toutes les autres Nations.

ARTICLE XVI.

QUant au Cérémonial du Salut des Navires, les deux Hautes Parties Contractantes sont convenues de le régler selon les principes d'une parfaite égalité entre les deux Couronnes. Lors donc que les Vaisseaux des deux Puissances Contractantes se rencontreront en mer, ils se régleront de part, & d'autre pour le salut d'après le grade des Officiers Commandans ces Vaisseaux, de manière que ceux d'un rang égal ne seront pas obligés de se saluer, tandis que les Vaisseaux Commandés par des Officiers d'un rang supérieur recevront à chaque fois le salut des inférieurs, en le rendant coup pour coup.

A l'entrée d'un Port où il y aura garnison, les Vaisseaux des Hautes Parties Contractantes seront également tenus au salut d'usage, & il y sera répondu de même coup pour coup.

ARTIGO XVII.

AS Embarcações de Guerra de huma das Potencias Contratantes, nos Pórtos da outra, e as peſſoas das ſuas tripulações, não poderão ſer detidas, nem embaraçadas de ſahir dos ditos Pórtos, quando os Commandantes de taes Embarcações quizerem dar á véla. Os meſmos Commandantes com tudo devem abſter-ſe eſcrupuloſamente de dar aſylo algum a ſeu bordo a deſertores, ou outros fugitivos, quaeſquer que ſejão, contrabandiſtas, ou malfeitores; e muito menos devem tolerar que alli ſe recebão effeitos, ou mercadorias que lhes poſsão pertencer, ou que hajão roubado, nem tão pouco as declaradas de contrabando. E não deveráõ ter difficuldade alguma em entregar ao Governo, aſſim os ditos criminoſos, como as mercadorias, e effeitos aſſima mencionados, quando elles os achem a ſeu bordo.

E pelo que pertence ás dividas, e aos delictos peſſoaes dos individuos de que ſe compuzerem as tripulações das ditas Embarcações, ſerá cada qual ſujeito ás penas determindas pelas Leis do Paiz em que ſe achar.

ARTIGO XVIII.

NEm os Navios mercantes pertencentes aos Vaſſallos de huma das Potencias Contratantes, nem as peſſoas das ſuas tripulações poderão tão pouco ſer arreſtadas, nem as ſuas mercadorias apprehendidas nos Pórtos da outra, excepto nos caſos de arreſto, ou appre-

ARTICLE XVII.

LEs Vaiſſeaux de Guerre d'une des Puiſſances Contractantes, dans les Ports de l'autre, & les perſonnes de leurs équipages ne pourront pas être détenues, ni empêchées de ſortir des dits Ports, lors que les Commandans de tels Vaiſſeaux voudront mettre à la voile. Les mêmes Commandans cependant doivent s'abſtenir ſcrupuleuſement de donner aucun azyle ſur leur bord à des déſerteurs, ou d'autres fugitifs tels qu'ils ſoient, contrebandiers, ou malfaiteurs; moins encore tolérer qu'on y reçoive des effets, ou marchandiſes, qui puiſſent leur appartenir, ou qu'ils auroient enlevées, ni celles déclarées de contrebande. Et ils ne devront pas faire aucune difficulté de livrer au Gouvernement auſſi bien les dits criminels, que les biens ci-deſſus marquées, lors qu'ils les trouveront à leurs bord.

Et pour ce que régarde les dettes, & les délits perſonnels de ceux qui appartiendront aux équipages des dits Vaiſſeaux, chacun ſera aſſujetti au peines établies par les Loix du Pays où il ſe trouvera.

ARTICLE XVIII.

LEs Vaiſſeaux marchands appartenans aux Sujets d'une des Puiſſances Contractantes, ni perſonne de leurs équipages ne pourront pas non plus être arrêtées, ni leurs marchandiſes ſaiſies dans les Ports de l'autre; excepté dans le cas d'arrêt, ou de ſaiſie de

prehensão por Justiça, ou seja por dividas pessoaes, contrahidas no mesmo Paiz pelos Donos do Navio, ou da Carga; ou por terem recebido abordo fazendas declaradas de contrabando pelas Pautas das Alfandegas, ou por alli terem occultado effeitos de fallídos, ou de outros devedores, em perjuizo de seus legitimos crédores, ou por terem querido favorecer a fuga, ou evasão de algum desertor das Tropas de terra, ou de mar, ou de contrabandistas, ou de qualquer outro individuo, que não fosse munido de hum Passaporte legal. E deverão taes fugitivos ser entregues ao Governo, da mesma sorte que os criminosos, que se houverem refugiado a bordo de hum tal Navio. Bem entendido que vigiará cuidadosamente o Governo nos Estados respectivos, para que os ditos Navios não sejão retidos por mais tempo do que o que for absolutamente preciso.

Em todos os casos assima mencionados, assim como a respeito dos delictos pessoaes, observar-se-ha o que fica estipulado pelo Artigo antecedente.

ARTIGO XIX.

SE algum marinheiro desertar do seu Navio, será entregue ao Chefe da tripulação a que pertencer, e que o requerer; e em caso de rebellião poderá o Dono do Navio, ou o Chefe da tripulação, requerer auxilio para submetter os revoltados, o qual auxilio deverá o Governo nos Estados respectivos promptamente prestar-lhe, assim como todos os soccorros, que possa haver mister para proseguir sua viagem sem risco, e sem demora.

AR-

Juſtice, ſoit pour dettes perſonnelles, contractées dans le Pays même par les Propriétaires du Navire, ou de la Cargaiſon, ſoit pour avoir reçu à bord des marchandiſes déclarées de contrebande par les tarifs des Douanes; ſoit pour y avoir recelé des effets qui y auroient été cachés par des Banqueroutiers, ou d'autres débiteurs, au préjudice de leurs créanciers légitimes; ſoit pour avoir voulu favoriſer la fuite, ou l'évaſion de quelque déſerteur des Troupes de terre, ou de mer, de contrebandiers, ou de quelqu'autre individu que ce ſoit, qui ne ſeroit pas muni d'un Paſſeport légal; de tels fugitifs devront être remis au Gouvernement, auſſi bien que les criminels qui auroient pu ſe réfugier ſur un tel Navire. Bien entendu que le Gouvernement veillera ſoigneuſement dans les Etats reſpetifs, à ce que les dits Navires ne ſoient pas retenus plus long tems, qu'il ne ſera abſolument néceſſaire.

Dans tous les cas ſuſmentionnés, ainſi qu'à l'égard des délits perſonnels, on obſervera ce qui a été eſtipulé dans l'Article précédent.

ARTICLE XI.X

SIun matelot déſerte de ſon Vaiſſeau il ſera livré à la réquiſition du Chef de l'équipage au quel il appartiendra, & en cas de rebellion, le propriétaire du Navire, ou le Chef de l'équipage pourra requérir main forte pour ranger les révoltés à leur devoir, ce que le Gouvernement dans les Etats reſpectifs devra s'empreſſer de lui accorder, ainſi que tous les ſecours dont il pourra avoir beſoin pour continuer ſon voyage ſans riſque, & ſans rétard.

AR-

ARTIGO XX.

OS Navios Portuguezes, ou Ruſſianos não poderáõ já mais ſer conſtrangidos a ſervir em guerra nos reſpectivos Eſtados, nem ainda de tranſportes, contra ſua vontade.

ARTIGO XXI.

OS Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e as ſuas tripulações, tanto marinheiros, como paſſageiros, ou ſejão nacionaes, ou ainda meſmo Vaſſallos de huma Potencia Eſtrangeira, receberáõ nos Eſtados reſpectivos toda a aſſiſtencia, e protecção que ſe devem eſperar de huma Potencia Amiga, e Alliada; e nenhum Individuo pertencente á tripulação dos ditos Navios, nem ainda os Paſſageiros, poderão ſer conſtrangidos a entrar contra vontade no ſerviço da outra Potencia, excepto ſó os ſeus proprios Vaſſallos, que ella terá direito de reclamar.

ARTIGO XXII.

SErá permittido aos Vaſſallos das duas Altas Partes Contratantes ir, vir, e commerciar livremente nos Eſtados, com que huma, ou outra deſtas Potencias ſe achar preſentemente, ou para o futuro em guerra, com tanto que não levem munições ao inimigo: exceptuãoſe todavia as Praças que a eſſe tempo eſtiverem bloqueadas, ou ſitiadas, tanto por mar, como por terra; mas em qualquer outro tempo, e á excepção de munições

ARTICLE XX.

LEs Navires Portugais, ou Ruſſes ne ſeront jamais forcés de ſervir en guerre dans les Etats reſpectifs, ni à aucun tranſport contre leur gré.

ARTICLE XXI.

LEs Vaiſſeaux Portugais, ou Ruſſes ainſi que leur équipage, tant matelots, que paſſagers, ſoit nationaux, ſoit même Sujets d'une Puiſſance Etrangère, recevront dans les Etats reſpectifs toute l'aſſiſtance, & protection qu'on doit attendre d'une Puiſſance Amie, & Alliée; & aucun individu appartenant à l'équipage des dits Navires, non plus que les paſſagers, ne pourra être forcé d'entrer malgré lui au ſervice de l'autre Puiſſance, excepté ſeulement ſes propres Sujets, qu'Elle ſera en droit de réclamer.

ARTICLE XXII.

IL ſera permis aux Sujets des deux Hautes Parties Contractantes d'aller, venir, & Commercer librement dans les Etats avec les quels l'une, ou l'autre de ces Parties ſe trouvera preſentement, ou à l'avenir en guerre; bien entendu qu'ils ne portent point de munitions à l'ennemi; ou en excepte néanmoins les places actuéllement bloquées, ou aſſiegées tant par mer, que par terre; mais en tout autre tems, & à l'exception de mu-

ções de guerra, poderão os ſobreditos Vaſſallos tranſportar a eſtas Praças toda, e qualquer outra ſorte de mercadorias, aſſim como paſſageiros, ſem o menor impedimento. Quanto á viſita dos Navios mercantes, as Embarcações de Guerra, e os Corſarios comportar-ſe-hão tão favoravelmente, quanto a razão de guerra então exiſtente puder já mais permittillo para com as Potencias as mais Amigas que ficarem neutraes, obſervando o mais que for poſſivel as regras, e principios do direito das gentes geralmente reconhecidos. Mas no caſo que eſtes Navios mercantes ſejão comboiados por huma, ou mais Embarcações de Guerra, a ſimples declaração do Official Commandante do Comboi, de que os ditos Navios não tem a bordo contrabando algum de Guerra, deverá baſtar, para que de nenhum modo ſejão viſitadas.

ARTIGO XXIII.

TOdas as peças de artilharia, morteiros, armas de fogo, piſtolas, bombas, granadas, balas de artilharia, balas de moſquetaria, eſpingardas, pederneiras, méchas, polvora, ſalitre, enxofre, couraças, piques, eſpadas, cintos, cartuxeiras, ſellas, e bridas, além da quantidade que póde ſer neceſſaria para o uſo da Embarcação, ou além da que deve ter cada homem que a bordo della ſirva, ou Paſſageiro, reputar-ſe-hão proviſões, ou munições de Guerra; e as que ſe acharem, confiſcar-ſe-hão ſegundo as Leis, como contrabando, ou generos prohibidos; mas nem as Embarcações, nem os Paſſageiros, nem os mais generos que

ao

munitions de guerre, les ſus-dits Sujets pourront tranſporter dans ces places toute autre ſorte de marchandiſes, ainſi que des paſſagers, ſans le moindre empechement: Quant à la viſite des Vaiſſeaux marchands, les Vaiſſeaux de Guerre, & les armateurs ſe comporteront auſſi favorablement que la raiſon de Guerre, pour lors exiſtente, pourra jamais le permettre vis-à-vis des Puiſſances les plus Amies qui reſteront neutres, en obſervant le plus qu'il ſera poſſible, les principes, & les regles du Droit des Gens géneralement réconnus. Mais en cas que ces Navires marchands fuſſent exhortés par un, ou par pluſieurs Vaiſſeaux de Guerre, la ſimple declaration de l'Officier Commandant l'eſcorte, que les dits Navires n'ont à bord aucune contrebande de Guerre, devra ſuffire pour qu'aucune viſite n'ait lieu.

ARTICLE XXIII.

TOus les canons, mortiers, armes à feu, piſtolets, bombes, grénades, boulets, balles, fuſils, pierre à feu, meches, poudre, ſalpêtre, ſouffre, cuiraſſes, piques, épées, ceinturons, poches à cartouches, ſelles, & brides au-dela de la quantité qui peut être neceſſaire pour l'uſage du Vaiſſeau, ou au dela de celle que doit avoir chaque homme, ſervant ſur le Vaiſſeau, & paſſager, ſeront reputés proviſions, ou munitions de Guerre; & s'il s'en trouve, ils ſeront confiſqués ſelon les Loix, comme contrebande, ou effets prohibés; mais ni les Vaiſſeaux, ni les Paſſagers, ni les autres marchandiſes qui s'y trouveront en même

ao meſmo tempo alli ſe acharem, ſerão detidos, nem embaraçados de proſeguir a ſua viagem.

ARTIGO XXIV.

OS effeitos, e mercadorias pertencentes aos Vaſſallos de huma Potencia, que eſteja em guerra, ſerão livres, eſtando a bordo das Embarcações dos Vaſſallos daquella das duas Altas Potencias Contratantes que ficar neutral, á excepção dos generos de contrabando eſpecificados no Artigo antecedente. As mercadorias pertencentes aos Vaſſallos da meſma Potencia neutral, carregadas em Embarcações inimigas, ſerão de boa preza; dever-ſe-hão com tudo exceptuar as carregações feitas antes da declaração de guerra, e ainda meſmo as que forem feitas depois do rompimento, mas antes que os Negociantes tenhão tido o tempo neceſſario para ſer ſcientes da ſobredita declaração de guerra. Por tanto convierão as duas Altas Partes Contratantes em aſſinalar o termo, em que taes mercadorias carregadas em Embarcações inimigas poderão ſer por ſeus Donos reclamadas, que vem a ſer o eſpaço de dous mezes depois da declaração de guerra á quem da linha, e o de ſeis mezes além da linha, e em todos os mais lugares do mundo.

ARTIGO XXV.

NO caſo que huma das duas Altas Partes Contratantes eſteja em guerra com qualquer outro Eſtado, os Vaſſallos dos ſeus inimigos, que ſe acharem no ſerviço da Potencia Contratante, que houver ficado neu-

tems ne seront point détenus ni empechés de continuer leur voyage.

ARTICLE XXIV.

LEs effets, & marchandises, appartenantes aux Sujets d'une Puissance en Guerre, seront libres sur les Vaisseaux des Sujets de celle des deux Hautes Puissances Contractantes qui restera neutre, à l'exception des marchandises de contrebande spécifiées dans l'Article précédent. Les marchandises apartenantes aux Sujets de la même Puissance neutre, chargées sur des Vaisseaux ennemis, sont de bonne prise; cependant on doit excepter les chargemens faits avant la declaration de Guerre, & même ceux qui ont été faits aprés la rupture, mais avant que les Negociants aient eu le tems necessaire pour être informés de la sus-dite declaration de Guerre. C'est pourquoi les deux Hautes Parties Contractantes sont convenues de fixer le terme où de telles marchandises chargées sur des Vaisseaux ennemis pourront être reclamées par ses Propriétaires, à deux mois de la Declaration de Guerre, en deça de la ligne, & à six mois au de là de la ligne, & en tous les autres endroits du monde.

ARTICLE XXV.

EN cas que l'une des deux Hautes Parties Contractantes fut en Guerre avec quelqu'autre Etat, les Sujets de ses ennemis qui seront au Service de la Puissance Contractante qui sera restée neutre dans cette

neutral na dita Guerra, ou os dentre elles que forem naturalizados, ou tiverem adquirido o direito de Cidadão nos seus Estados, ainda mesmo durante a Guerra, serão vistos, e tratados pela outra Parte Belligerante, como proprios Vassallos da Sua Alliada, sem a menor differença entre huns, e outros.

ARTIGO XXVI.

SE os Navios das duas Altas Partes Contratantes encalharem, ou naufragarem nas Costas dos Estados respectivos, dar-se-lhes-hão promptamente todos os soccorros, e auxilios possiveis, tanto aos Navios, e fazendas, como ás pessoas que formarem a sua tripulação, e nisso se procederá em todos os pontos, do mesmo modo praticado a respeito dos mesmos Vassallos do Paiz, não se exigindo cousa alguma além das despezas, e direitos, a que estes estão sujeitos em semelhante caso nas suas proprias Costas; e de huma, e outra parte haverá o maior cuidado em que cada hum dos effeitos, que se salvar do Navio naufrago, ou encalhado, seja fielmente entregue ao seu legitimo Dono.

ARTIGO XXVII.

TOdas as demandas, e causas civeis concernentes aos Negociantes Portuguezes estabelecidos na Russia, e aos Negociantes Russianos estabelecidos em Portugal, serão julgadas pelos Tribunaes do Paiz a que pertencer o conhecimento das causas do Commercio, e de huma, e outra parte administrar-se-ha a mais prompta,

Guerre, ou ceux d'entr'eux qui ſeront naturaliſés, ou auront acquis le droit de bourgoiſie dans ſes Etats, même pendant la Guerre, ſeront enviſagés par l'autre Partie Belligérante, & traités ſur le même pied que les Sujets nés de ſon Alliée ſans la moindre différence entre les uns, & les autres.

ARTICLE XXVI.

SI les Navirès des Sujets des deux Hautes Parties Contractantes échouoient, ou faiſoient naufrage ſur les côtes des Etats reſpectifs, on s'empreſſera de leur donner tous les ſecours, & aſſiſtances poſſibles, tant à l'egard des Navires, & effets, qu'envers les perſonnes qui en compoſent l'équipage, & l'on y procedera en tous points de la même maniere uſitée à l'egard des Sujets mêmes du Pays, en n'exigeant rien au de là des mêmes fraix, & droits aux quels ceux-ci ſont aſſujettis en pareil cas ſur leurs propres côtes, & on prendra de part, & d'autre le plus grand ſoin pour que chaque effet ſauvé d'un tel Navire naufragé, ou echoué ſoit fidellement rendu au légitime Proprietaire.

ARTICLE XXVII.

TOus les procès, & autres affaires civiles, concernant les Négociants Portugais établis en Ruſſie, & les Negociants Ruſſes etablis en Portugal, ſeront jugés par les Tribunaux du Pays des quels les affaires du Commerce reſſortiſſent, & il ſera rendu de part, & d'autre la plus prompte, & exacte juſtice aux Sujets

ta, e exacta juſtiça aos Vaſſallos reſpectivos, na conformidade das Leis, e práticas judiciaes, eſtabelecidas em cada Paiz.

Poderão os Vaſſallos reſpectivos confiar o cuidado, e defeza das ſuas cauſas aos Advogados, Procuradores, ou Tabelliães que bem lhes parecer, com tanto porém que ſejão approvados pelo Governo.

ARTIGO XXVIII.

QUando os Commerciantes Portuguezes ou Ruſſianos fizerem regiſtar nas Alfandegas os ſeus contratos, ou ajuſtes por ſeus Caixeiros, Deſpachantes, ou outras Peſſoas por elles empregadas para compra, ou venda de fazendas, as Alfandegas da Ruſſia, onde eſtes contratos ſe regiſtarem, deverão cuidadoſamente examinar ſe os que contratão por conta dos ſeus conſtituintes, ſe achão por eſtes authorizados com ordens, ou procurações baſtantes paſſadas em boa, e devida fórma, e em tal caſo ſerão os ditos conſtituintes reſponſaveis, como ſe elles meſmos em peſſoa houverão contratado. Mas ſe os ditos Caixeiros, Deſpachantes, ou outras peſſoas empregadas pelos referidos Commerciantes, ſe não acharem authorizadas com ordens, ou procurações baſtantes, não ſe dará fé, nem credito á ſua palavra; e poſto que as Alfandegas devão niſſo cuidar attentamente, não ſerão os contratantes menos obrigados a cuidar por ſi meſmos, em que os ajuſtes, ou contratos que entre ſi fizerem, não excedão os limites das procurações, ou ordens dadas pelos Donos das fazendas, os quaes não ſerão reſponſaveis, ſenão pelo valor, e objecto declarados em ſuas procurações.

Mas

reſpectifs conformément aux Loix, & formes judiciaires établies dans chaque Pays.

Les Sujets reſpectifs pourront confier le ſoin de leurs cauſes, ou les faire plaider par tels Avocats, Procureurs, ou Notaires que bon leur ſemblera, pourvû qu'ils ſoient avoués par le Gouvernement.

ARTICLE XXVIII.

LOrsque les marchands Portugais, ou Ruſſes feront enrégiſtrer aux Douanes leurs contracts, ou marchés par leurs Commis, Expediteurs, ou autres gens employés par eux pour vente, ou achat de marchandiſes, les Douanes de Ruſſie, où des contracts s'enrégiſtreront, devront ſoigneuſement examiner ſi ceux qui contractent pour le compte de leurs commettans ſont munis par ceux-ci d'ordres, ou Pleins-Pouvoirs en bonne, & due forme, au quel cas les dits Commettans ſeront reſponſables comme s'ils avoient contracté eux-mêmes en perſonne. Mais ſi les dits Commis, Expéditeurs, ou autres gens employés par les ſusdits Marchands ne ſont pas munis d'ordres, ou Pleins-Pouvoirs ſuffiſans, ils ne devront pas en être crus ſur leur parole; & quoique les Douanes doivent veiller à cela, les Contractans n'en ſeront pas moins tenus de prendre garde eux mêmes, que les accords ou contracts qu'ils ſeront enſemble n'outrepaſſent pas les termes des Procurations, ou Pleins-Pouvoirs, confiés par les Propriétaires des marchandiſes; ces derniers n'étant tenus à répondre que de l'objet, & de la valeur énoncés dans leurs Pleins-Pouvoirs.

Mais

Mas ainda que em Portugal não seja costume fazer registar nas Alfandegas os contratos, ou ajustes que os Commerciantes fazem entre si, será com tudo livre aos Commerciantes Russianos recorrer á Administração Geral das Alfandegas, ou á Junta do Commercio, as quaes serão obrigadas a fazer o dito registo, debaixo das mesmas condições assima expressadas no presente Artigo, pelo que toca ás Alfandegas da Russia. E poderão igualmente recorrer ao mesmo Administrador Geral das Alfandegas, ou á Junta do Commercio para obter a inteira, e plena execução de quaesquer contratos que tiverem celebrado de compra, ou venda: entendendo-se isto sempre nos termos de reciprocidade, e perfeita igualdade entre as duas Nações, que são a base do presente Tratado.

ARTIGO XXIX.

AS duas Altas Partes Contratantes se obrigão reciprocamente a dar todo o possivel auxilio aos Vassallos respectivos contra aquelles dos mesmos Vassallos, que não houverem cumprido com as obrigações de hum contrato feito, e registado segundo as Leis, e fórmas prescritas. E o Governo de huma, e outra parte empregará em caso de precisão a authoridade necessaria para obrigar as partes a comparecer em juizo nos lugares em que os ditos contratos houverem sido celebrados, e registados, e para conseguir a exacta, e inteira execução de tudo o que nelles se tiver estipulado.

Mais quoiqu'en Portugal il ne ſoit pas d'uſage de faire enrégiſtrer aux Douanes les contracts, ou marchés que les Commerçans font entr'eux, il ſera néanmoins libre aux Marchands Ruſſes de s'adreſſer à l'Adminiſtration Générale des Douanes, ou à la Junte du Commerce, les quelles ſeront tenues de faire le dit enrégiſtrement aux mêmes conditions exprimées ci-deſſus dans le préſent Article pour les Douanes de Ruſſie. Et ils pourront s'adreſſer également au même Adminiſtrateur Général des Douanes, ou à la Junte du Commerce pour ſe procurer l'entière exécution des contracts quelconques qu'ils auront faits pour achat, ou pour vente: Ceci s'entendant toujours ſur le pied de réciprocité, & d'égalité parfaite entre les deux Nations, qui eſt la baſe du préſent Traité.

ARTICLE XXIX.

LEs deux Hautes Parties Contractantes s'engagent réciproquement d'accorder toute l'aſſiſtance poſſible aux Sujets reſpectifs contre ceux d'entr'eux mêmes, qui n'auront pas rempli les engagemens d'un contract fait, & enrégiſtré ſelon les Loix, & formes preſcrites. Et le Gouvernement de part, & d'autre employera en cas de beſoin l'autorité neceſſaire pour obliger les Parties à comparoître en juſtice dans les endroits, où les dits contracts auront été conclus, & enrégiſtrés; & pour procurer l'exacte, & entière exécution de tout ce qu'on y aura ſtipulé.

ARTIGO XXX.

TOmar-se-hão reciprocamente todas as precauções necessarias, para que o Officio de Corrector de Fazendas (denominado Brac) se confie a pessoas conhecidas pela sua intelligencia, e probidade, a fim de que os Vassallos respectivos não fiquem expostos á má escolha das fazendas, e a enfardamentos fraudulentos. E toda a vez que houver provas sufficientes de má fé, contravenção, ou negligencia da parte dos Correctores denominados *Bracqueurs*, ou das pessoas encarregadas do seu Officio, serão disso responsaveis em suas pessoas, e bens, e ficarão obrigadas a indemnizar as perdas que houverem causado.

ARTIGO XXXI.

OS Commerciantes Portuguezes estabelecidos na Russia poderão pagar as mercadorias que alli comprarem, na mesma moeda corrente da Russia que receberem pelas suas mercadorias que alli venderem, a não haver o contrario sido estipulado nos contratos, ou ajustes feitos entre o vendedor, e o comprador. O mesmo se deverá entender reciprocamente a respeito dos Commerciantes Russianos estabelecidos em Portugal.

ARTIGO XXXII.

OS Vassallos respectivos gozarão da plena liberdade de ter nos lugares em que se acharem estabelecidos, os seus livros de Commercio escriturados no idi-

ARTICLE XXX.

ON prendra réciproquement toutes les précautions néceſſaires pour que le Brac ſoit confié à des gens connus par leur intelligence, & probité, àfin de mettre les Sujets reſpectifs à l'abri du mauvois choix des marchandiſes, & des emballages frauduleux. Et chaque fois qu'il y aura des preuves ſuffiſantes de mauvaiſe foi, contravention, ou négligence de la part des *Bracqueurs*, ou gens prépoſés à cet effet, ils en répondront en leurs perſonnes, & leurs biens, & ſeront obligés de bonifier les pertes qu'ils auront cauſées.

ARTICLE XXXI.

LEs Marchands Portugais établis en Ruſſie peuvent acquitter les marchandiſes qu'ils y achetent en la même monnoie courante de Ruſſie qu'ils reçoivent pour leurs marchandiſes vendues, à moins que dans leurs contracts, ou accords faits entre le vendeur, & l'acheteur, il n'ait été ſtipulé le contraire. Ceci doit s'entendre réciproquement de même pour les Marchands Ruſſes établis en Portugal.

ARTICLE XXXII.

LEs Sujets reſpectifs auront pleine liberté de tenir dans les endroits, où ils ſeront établis leurs livres de Commerce en telle langue qu'ils voudront,

idioma que quizerem, ſem que a eſte reſpeito ſe lhes poſſa preſcrever couſa alguma; e delles não ſe poderá já mais exigir que apreſentem os ſeus livros de contas, ou de Commercio, ſenão para ſua propria defeza, em caſo de quebra, ou de litigio; neſte ultimo caſo porém não ſerão obrigados a apreſentar ſenão os Artigos neceſſarios para intelligencia do negocio de que ſe tratar. E pelo que reſpeita ás quebras, obſervar-ſe-hão de huma e outra parte as Leis, e Regulamentos que ſe acharem eſtabelecidos, ou que para o futuro ſe eſtabelecerem em cada Paiz ſobre eſte aſſumpto.

ARTIGO XXXIII.

SErá permittido aos Commerciantes Portuguezes eſtabelecidos na Ruſſia, edificar, comprar, vender, e alugar caſas em todas as Cidades deſte Imperio, que não tiverem privilegios municipaes, ou Foraes particulares que ſe opponhão a eſtas acquiſições. Todas as caſas que forem poſſuidas, e habitadas por Commerciantes Portuguezes em São Petersburgo, Moſcou, e Archangel ſerão iſentas de todo, e qualquer aquartelamento, em quanto lhes pertencerem, ou elles meſmos as habitarem. Aquellas porém que elles derem, ou tomarem de aluguel, ficarão ſujeitas aos encargos, e alojamentos preſcriptos áquelle lugar. Os Commerciantes Portuguezes poderão tambem eſtabelecer-ſe nas outras Cidades do Imperio da Ruſſia; as caſas porém, que nellas edificarem, ou comprarem, não gozarão das iſenções concedidas ſómente ás tres Cidades aſſima eſpecificadas. Com tudo ſe pelo tempo adiante ſe julgar

ſans que l'on puiſſe rien leur préſcrire à cet égard, & l'on ne pourra jamais exiger d'eux de produire leurs livres de compte, ou de Commerce, excepté pour leur juſtification, en cas de banqueroute, ou de procés; mais dans ce dernier cas, ils ne ſeront obligés de préſenter que les Articles néceſſaires à l'éclairciſſement de l'affaire dont il ſera queſtion. Et pour ce qui regardent les Banqueroutes, on obſervera de part, & d'autre les Loix, & Réglemens qui ſe trouvent établis, ou qui s'établiront à l'avenir dans chaque Pays à ce ſujet.

ARTICLE XXXIII.

IL ſera permis aux Marchands Portugais établis en Ruſſie, de bâtir, acheter, vendre, & louer des maiſons dans toutes les Villes de cet Empire, qui n'ont pas des privilèges municipaux, ou droits de Bourgeoiſie contraires à ces acquiſitions. Toutes les maiſons qui ſeront poſſédées, & habitées par des Marchands Portugais à Saint Petersbourg, Moſcou, & Archangel, ſeront exemptes de tout logement auſſi longtems qu'elles leur appartiendront, & qu'ils y logeront eux mêmes. Mais quant à celles qu'ils donneront, ou prendront à louage, elles ſeront aſſujetties aux charges, & logemens preſcrits pour cet endroit-là. Les Marchands Portugais pourront auſſi s'établir dans les autres Villes de l'Empire de Ruſſie, mais les maiſons qu'ils y bâtiront, ou achéteront ne jouiront pas des exemptions accordées ſeulement dans les trois Villes ci-deſſus ſpécifiées. Cependant ſi l'on jugeoit à propos par la ſuite

gar conveniente determinar por huma ordem geral que ſe pague a dinheiro a ſubminiſtração dos quarteis, ſerão os Commerciantes Portuguezes, como todos os mais, a ella obrigados.

Sua Mageſtade Fideliſſima ſe obriga reciprocamente a conceder aos Commerciantes Ruſſianos eſtabelecidos, ou que ſe eſtabelecerem em Portugal, as meſmas iſenções, e privilegios que ſe achão eſtipulados pelo preſente Artigo a favor dos Commerciantes Portuguezes na Ruſſia com as meſmas Condições aſſima expreſſadas, deſignando as Cidades de Lisboa, e Porto, e a Villa de Setubal, para nellas gozarem os Commerciantes Ruſſianos das meſmas prerogativas concedidas aos Portuguezes nas Cidades de São Petersburgo, Moſcou, e Archangel.

ARTIGO XXXIV.

OS Vaſſallos de huma, e outra Potencia Contratante poderão livremente retirar-ſe dos Eſtados reſpectivos quando bem lhes parecer, ſem experimentar o menor obſtaculo da parte do Governo, que conceder-lhes-ha com as cautelas preſcriptas em cada lugar os Paſſaportes do coſtume, para poderem ſahir do paiz, e levar livremente os bens que alli houverem trazido, ou adquirido, depois de conſtar que ſatisfizerão todas as ſuas dívidas, aſſim como os direitos eſtabelecidos pelas Leis, Eſtatutos, e Ordenações do Paiz donde quizerem ſahir.

AR-

te de faire une Ordonnance générale pour acquitter en argent la fourniture des quartiers, les Marchands Portugais y ſeront aſſujettis comme les autres.

Sa Majeſté Très Fidéle s'engage réciproquement d'accorder aux Marchands Ruſſes établis, ou qui s'établiront en Portugal, les mêmes exemptions, & privilèges qui ſont ſtipulés par le préſent Article en faveur des Marchands Portugais en Ruſſie, & aux mêmes conditions exprimées ci-deſſus, en déſignant les Villes de Lisbonne, Porto, & Setubal, pour y faire jouir les Marchands Ruſſes des mêmes prérogatives accordées aux Portugais dans celles de Saint Petersbourg, Moſcou, & Archangel.

ARTICLE XXXIV.

LEs Sujets de l'une, & de l'autre Puiſſance Contractante pourront librement ſe retirer quand bon leur ſemblera des Etats reſpectifs, ſans éprouver le moindre obſtacle de la part du Gouvernement, qui leur accordera avec les précautions préſcriptes dans chaque endroit, les Paſſeports en uſage, pour pouvoir quitter le Pays, & emporter librement les biens qu'ils y auront apportés, ou acquis, après s'être aſſuré qu'ils ont ſatisfait à toutes leurs dettes, ainſi qu'aux droits fixés par les Loix, Statuts, & Ordonnances du Pays qu'ils voudront quitter.

ARTIGO XXXV.

AInda que o direito *d'Aubaine* não exiſta nos Eſtados das duas Altas Partes Contratantes, com tudo Suas Mageſtades querendo prevenir toda, e qualquer dúvida a eſte reſpeito, convem reciprocamente entre Si em que os bens moveis, e immoveis, deixados por morte de qualquer dos Vaſſallos reſpectivos nos Eſtados da outra Potencia Contratante, paſſem livremente, e ſem o menor obſtaculo aos ſeus legitimos herdeiros por teſtamento, ou *ab inteſtato*; os quaes depois de haver legalmente ſatisfeito ás formalidades preſcriptas no Paiz, poderão logo tomar poſſe da herança, ou por ſi meſmos, ou por procuração, aſſim como o poderão fazer os Executores Teſtamentarios, ſe o defunto os houver nomeado; e diſporão os ditos herdeiros como bem lhes parecer, e convier da herança que lhes for devoluta, depois de ter pago os direitos eſtabelecidos pelas Leis do Paiz, em que a dita herança houver ſido deixada.

Se porém os herdeiros eſtiverem auſentes, ou forem menores, ou não tiverem cuidado em juſtificar os ſeus direitos, em tal caſo deverá o inventario da herança fazer-ſe por hum Tabellião público perante os Juizes, ou Tribunaes competentes do lugar, na conformidade das Leis, e coſtumes do Paiz, e na preſença do Conſul da Nação do fallecido, ſe no meſmo lugar o houver, e de mais duas peſſoas fidedignas.

Feito o que, depoſitar-ſe-ha a dita herança em algum eſtabelecimento público, ou ficaráõ della depoſi-

ARTICLE XXXV.

QUoique le droit d'Aubaine n'exiſte pas dans les Etats des deux Hautes Parties Contractantes, cependant Leurs Majeſtés voulant prévenir tout doute quelconque à cet égard, conviennent réciproquement entr'Elles, que les biens meubles, & immeubles délaiſſés par la mort d'un des Sujets reſpectifs dans les Etats de l'Autre Puiſſance Contractante ſeront librement dévolus, ſans le moindre obſtacle à ſes héritiers légitimes par teſtament, ou *ab inteſtat*, qui après avoir légalement ſatisfait aux formalités preſcrites dans le Pays pourront ſe mettre tout de ſuite en poſſeſſion de l'héritage, ſoit par eux mêmes, ſoit par procuration; ainſi que les Exécuteurs Teſtamentaires, ſi le défunt en avoit nommé; & les dits Héritiers, diſpoſeront ſelon leur bon plaiſir, & convenance de l'héritage qui leur ſera echu après avoir acquitté les droits établis par les Loix du Pays, où la dite ſucceſſion aura été délaiſſée.

Mais ſi les héritiers étoient abſens, ou mineurs, ou qu'ils n'euſſent pas pourvu à faire valoir leurs droits, dans ce cas l'inventaire de toute la ſucceſſion devra être fait par un Notaire public en préſence des Juges, ou Tribunaux du lieu compétant pour cela, en conformité des Loix, & uſages du Pays, & en préſence du Conſul de la Nation du décédé, s'il y en a un dans le même endroit, & de deux autres perſonnes dignes de foi.

Après quoi la dite ſucceſſion ſera dépoſée dans quelque établiſſement public, ou entre les mains des

ſitarios dous, ou tres Commerciantes, nomeados para eſſe fim pelo referido Conſul, ou em falta deſte, ſello-hão peſſoas para iſſo eleitas por authoridade publica, a fim de que os ditos bens ſejão por ellas guardados, e conſervados, para ſer entregues aos legitimos herdeiros, e verdadeiros donos.

Movendo-ſe porém conteſtações ſobre huma tal herança entre varios pertendentes a ella, deveráõ os Tribunaes do lugar, em que ſe acharem os bens do defunto, ſentencear, e dicidir a cauſa ſegundo as Leis do Paiz.

ARTIGO XXXVI.

NO caſo que venha a paz a romper-ſe entre as duas Altas Partes Contratantes (o que Deos não permitta) não ſe confiſcaráõ os Navios, nem os bens dos reſpectivos Vaſſallos Commerciantes, nem ſe apreenderáõ as ſuas peſſoas, mas antes conceder-ſe-lhes-ha ao menos o eſpaço de hum anno para vender, alhear, ou tranſportar os ſeus effeitos, e para com eſte fim paſſar a toda a parte que lhes parecer conveniente, depois de ter com tudo pago as ſuas dívidas: o que ſe entenderá ſemelhantemente dos Vaſſallos reſpectivos que eſtiverem ao ſerviço de huma, ou de outra das Potencias inimigas, ſendo permittido a huns, e a outros antes da ſua partida, diſpôr, ſegundo bem lhes parecer, e convier, daquelles effeitos de que ſe não houverem podido desfazer, aſſim como das dividas a que tiverem que pertender; e ſerão os ſeus devedores obrigados a pagar-lhes, como ſe tal rompimento não tivera havido.

AR-

deux, ou trois Marchands qui ſeront nommés à cet effet par le dit Conſul, ou à ſon défaut entre les mains de perſonnes choiſies pour cela par l'autorité public, afin que les dits biens ſoient gardés, & conſervés par eux pour les légitimes héritiers, & véritables Propriétaires.

Mais s'il s'élevoit des conteſtations ſur un tel Héritage entre pluſieurs Prétendans, les Tribunaux du lieu, où les biens du défunt ſe trouveront, devront juger, & décider les procès ſelon les Loix du Pays.

ARTICLE XXXVI.

SI la paix étoit rompue entre les deux Hautes Parties Contractantes (ce qu'a Dieu ne plaiſe) on ne confiſquera point les Navires, ni les biens des Sujets Commerçans reſpectifs, ni on n'arrêtera pas leurs perſonnes, mais on leur accordera au moins l'eſpace d'une année pour vendre, debiter, ou tranſporter leurs effets, & pour ſe rendre dans cette vue partout, où ils jugeront à propos, après avoir cependant acquitté leurs dettes. Ceci s'entendra pareillement de ceux des Sujets reſpectifs qui ſeront au ſervice de l'une, ou de l'autre des Puiſſances ennemies; il ſera permis aux uns, & aux autres, avant leur départ, de diſpoſer ſelon leur bon plaiſir, & convenance de ceux de leurs effets, dont ils n'auront pu ſe défaire, ainſi que des dettes qu'ils auront à prétendre, & leurs débiteurs ſeront obligés de s'acquitter envers eux comme s'il n'y avoit pas eu de rupture.

ARTIGO XXXVII.

POsto que as duas Altas Partes Contratantes deſejem reciprocamente eſtabelecer para ſempre os vinculos de Amizade, e de Commercio que acabão de renovar, tanto entre Si, como entre os ſeus reſpectivos Vaſſallos; com tudo, como he de coſtume pôr hum termo a ſemelhantes convenções, as meſmas Altas Potencias convém entre Si em que o preſente Tratado de Commercio dure o eſpaço de doze annos, que deverſe-hão contar deſde o termo em que expirou o precedente Tratado de $\frac{2}{20}$ de Dezembro de 1787, e todas as ſuas eſtipulações ſerão religioſamente obſervadas de huma, e outra parte durante o referido eſpaço de tempo.

Mas as duas Altas Potencias Contratantes ſe reſervão o convir entre Si na prorogação deſte Tratado, ou o ajuſtar outro de novo, antes que finde o termo deſte.

ARTIGO XXXVIII.

SUa Mageſtade a Rainha de Portugal, e Sua Mageſtade o Imperador de Todas as Ruſſias ſe obrigão a ratificar o preſente Tratado de Amizade, de Navegação, e de Commercio; e as Ratificações feitas em boa, e devida fórma ſerão trocadas no eſpaço de cinco mezes, que principiaráõ a contar-ſe deſde o dia da ſua aſſinatura, ou antes, ſe poſſivel for.

Em fé do que, Nós abaixo aſſinados, em virtude dos Noſſos Plenos Poderes, aſſinámos o preſente Tra-

ARTICLE XXXVII.

QUoique les deux Hautes Parties Contractantes aient réciproquement à coeur d'établir à perpétuité les liaisons d'Amitié, & de Commerce qu'Elles viennent de renouveller tant entr'Elles qu'entre leurs Sujets respectifs, cependant comme il est d'usage de limiter de tels engagemens, Elles conviennent entr'Elles que le présent Traité de Commerce durera l'espace de douze années, à compter du terme de l'expiration du précédent Traité du $\frac{2}{20}$ Decembre 1787, & toutes les stipulations en seront religieusement observées de part, & d'autre durant cet espace de tems.

Mais les deux Hautes Parties Contractantes se réservent de convenir entr'Elles de sa prolongation, ou de contracter un nouveau Traité avant l'expiration de ce terme.

ARTICLE XXXVIII.

SA Majesté la Reine de Portugal, & Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies, s'engagent à ratifier le présent Traité d'Amitié, de Navigation, & de Commerce, & les ratifications en bonne, & due forme en seront échangées dans l'espace de cinq mois à compter du jour de la date de sa signature, ou plutôt, si faire se peut.

En foi de quoi, Nous-sous-signés, en vertu de nos Pleins-Pouvoirs avons signé le dit Traité, & y

avons

Tratado, e o fellámos com o sêllo das Noſſas Armas. Feito em São Petersburgo a $\frac{16}{27}$ do mez de Dezembro de 1798.

(L. S.) *Franciſco Joſé de Horta Machado.*

(L. S.) *A. Pr. de Bezborodko.*

(L. S.) *Kotschoubey.*

(L. S.) *Roſtopſin.*

(L. S.) *Soimonoff.*

E Sendo-Nos preſente a meſma Renovação do Tratado, cujo theor fica aſſima inſerido; e bem viſto, conſiderado, e examinado por Nós tudo o que nella ſe contém, a Approvámos, Ratificámos, e Confirmámos, aſſim no todo, como em cada huma das ſuas clauſulas, e eſtipulações, e pela preſente a damos por firme, e valioſa, promettendo em fé, e palavra Real por Nós, e por Noſſos Herdeiros, e Succeſſores obſervalla, e cumprilla inviolavelmente, e fazella cumprir,

avons apposé le cachet de Nos Armes. Fait a Saint Peterbourg le $\frac{16}{27}$ du mois de Decembre mille sept cens quatre vingt dix-huit.

(L. S.) *A. Pr. de Besborodko.* (L. S.) *François Joseph d' Horta Machado.*

(L. S.) *Kotschoubey.*

(L. S.) *Rastoptschin.*

(L. S.) *Soimonoff.*

A Ces causes, & aprés avoir suffisamment examiné ce Traité d'Amitié, de Navigation, & de Commerce, Nous l'avons agréé, confirmé, & ratifié, ainsi que Nous l'agréons, confirmons, & ratifions par les présentes dans tous ses Articles, promettant sur Notre parole, & foi Impériale pour Nous, & Nos Héritiers de remplir inviolablement tout ce qui a été stipulé par le susdit Traité, & de n'y contrevenir en rien. En foi de quoi Nous avons signé cette Notre ratification

Im-

prir, e obſervar, ſem permittir que ſe faça couſa alguma em contrario, por qualquer modo que ſer poſſa. E em teſtemunho, e firmeza do ſobredito, fizemos paſſar a preſente Carta por Nós aſſinada, ſellada com o ſello pendente das Noſſas Armas, e referendada pelo Noſſo Miniſtro, Conſelheiro, e Secretario de Eſtado dos Negocios Eſtrangeiros, e da Guerra abaixo aſſinado. Dada no Palacio de Quéluz, em dezenove de Abril do anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſus Chriſto de mil ſetecentos noventa e nove.

O PRINCIPE Com Guarda.

(L. S.)

Luiz Pinto de Souſa.

Impériale de Notre propre main, & y avons fait apposer le sceau de l'Empire. Donné a Pavlevsk le 18 Juin, l'an de grace 1799, & de Notre Regne la troisième année.

PAUL.

(L. S.)

Comte de Kotschoubey.

13-62

Innocencio, Tomo VII, 385

CB
P8539
1800
4

.250

11/09

CC (Pabaso)
DD 6/6/11